

Banco Central decide manter leilões para as conversões

São Paulo — O governo brasileiro descartou de vez a possibilidade de extinguir o programa de conversão de dívidas externas em investimento de risco através de leilões nas Bolsas de Valores. O Banco Central optou por acompanhar, a partir de agora, o comportamento da base monetária mensal para adotar as medidas que julgar necessárias à luz dos dados sobre o aumento da quantidade da moeda em circulação. "O cancelamento definitivo dos leilões está definitivamente descartado" afirmou ontem o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões.

O BC vai analisar os dados todo o mês e poderá confirmar os leilões

ou, eventualmente, suspender a sua realização se as informações revelarem aumento indesejável na base monetária. O volume leiloado também será corrigido de acordo com as conveniências e as liberações dos recursos dos projetos convertidos também sofrerão atraso de liberação, que poderão chegar a 180 dias a partir da data do leilão.

Ou seja, o BC vai administrar mensalmente a realização dos leilões, o volume a ser convertido e a liberação dos recursos. A resolução 1460 confere autonomia ao BC para administrar os leilões quanto a sua realização e o volume, pondo a instituição agir de acordo com as circunstâncias. Nenhuma das

medidas precisará, portanto, passar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ou seja, as alterações não serão radicais.

"Vamos administrar a influência dos leilões sobre a base, só isso, afirmou Camões. "O BC possui mecanismos de controle da base sem necessitar acabar com os leilões". Em nove leilões realizados até agora, para se ter uma idéia, apenas 40% dos recursos de projetos aprovados foram liberados pelo Banco Central. E, por isso, segundo Camões, ainda há um estoque de recursos para serem administrados na sua liberação de forma a garantir controle sobre a base monetária.